



BALANÇOS PATRIMONIAIS - Exercícios findos em 31 de dezembro de 2015 e de 2014
Em milhares de reais

Ativo	Nota	2015	2014
Circulante		397.284	207.318
Disponibilidades	3	86	155
Aplicações interfinanceiras	4	26.573	30.891
Títulos e valores mobiliários	5	334.996	138.204
Relações interfinanceiras		1	-
Outros créditos	6	35.512	37.949
Outros valores e bens		116	119
Não circulante		26.643	27.459
Realizável a longo prazo		-	-
Aplicações Interfinanceiras de liquidez	4	1.312	1.159
Outros créditos	6	70	65
Investimentos		15	109
Imobilizado de uso	7	2.800	3.320
Intangível	8	24.446	22.806
Total do ativo		425.927	234.777

NOTAS EXPLICATIVAS DA ADMINISTRAÇÃO ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS
2º semestre de 2015 e exercícios findos em 31 de dezembro de 2015 e de 2014

As notas explicativas da Administração são parte integrante das demonstrações financeiras

1. Contexto operacional: A Confederação Nacional das Cooperativas Centrais Unicred's - Unicred do Brasil (Confederação), constituída por cooperativas centrais e integrantes do Sistema Unicred em 10 de julho de 1994, conforme Assembleia Geral, e homologação pelo Banco Central do Brasil em 19 de outubro de 1994, conforme publicado no Diário Oficial da União de 24 de outubro de 1994. Tem sua constituição e funcionamento regulamentado pela Resolução CMN 4.434/2015 e Estatuto Social. Tem sede e foro na cidade de São Paulo SP, com área de atuação em todo território nacional. Seu objetivo é orientar e coordenar as atividades das cooperativas centrais associadas, nos casos em que o vultoso dos empreendimentos transcender o âmbito de capacidade ou conveniência de atuação das suas associadas. A Confederação tem suas despesas reembolsadas por suas associadas (nota 17). A Confederação inverte, em 2012, o programa de unificação de TI do Sistema Unicred em função de suas associadas. Foi aprovado em Assembleia Geral Extraordinária à época, que o investimento fosse financiado com recursos oriundos do Fundo Garantidor do Sistema Unicred (FG). Em 31 de dezembro de 2015, os recursos alocados montam R\$ 31.065, entre aquisições de licenças de uso do software SAP e demais gastos relacionados à sua implantação, registrados na rubrica "Outros devedores projeto - TI" (nota 6 (i)), em contrapartida, da rubrica "Credores diversos passivos" (nota 10 (iii)). Por decisão do Conselho de Administração, esse projeto está sendo revisto.

2. Apresentação das demonstrações financeiras e resumo das principais práticas contábeis: a. **Apresentação das demonstrações financeiras:** As demonstrações financeiras foram elaboradas de acordo com as práticas contábeis adotadas nas demonstrações financeiras definidas abaixo. Essas práticas foram aplicadas de forma consistente nos exercícios e semestre apresentados. b. **1. A preparação do resultado:** Os ingressos e dispêndios são reconhecidos pelo regime de competência do exercício. b.2. **Estimativas contábeis:** A preparação de demonstrações financeiras requer o uso de certas estimativas contábeis críticas e também o exercício de julgamento por parte da Administração da Confederação no processo de aplicação das políticas contábeis. As demonstrações financeiras da Confederação incluem, portanto, estimativas referentes à seleção das vidas-úteis do ativo imobilizado, provisão para contingências e outras similares. Os resultados reais podem apresentar variações em relação às estimativas. A Administração da Confederação monitora e revisa as estimativas e suas premissas pelo menos trimestralmente. b.3. **Caixa e equivalentes de caixa:** Compreendem dinheiro em caixa, depósitos bancários livres, aplicações interfinanceiras de liquidez e títulos e valores mobiliários livres de curto prazo, alta liquidez. Os títulos e valores mobiliários livres são avaliados pelo custo ou valor de realização, incluindo, quando aplicável, os rendimentos e as variações monetárias auferidas até a data do balanço. b.4. **Aplicações interfinanceiras de liquidez e títulos e valores mobiliários:** Classificados conforme a intenção da Administração da Confederação em mantê-los para negociação, e são avaliados pelo custo acrescido dos rendimentos ou valor de realização. b.5. **Devedores por depósitos em garantia:** Seja por determinação judicial ou espontaneamente da Administração da Confederação, foram depositados valores para suportar passivos contingentes constituídos, atualizados pela Selic. b.6. **Investimentos:** Representados pelas participações societárias avaliadas ao custo de aquisição. Os investimentos são deduzidos, conforme o caso, de provisões para perdas. b.7. **Imobilizado de uso:** As imobilizações são demonstradas pelo custo de aquisição deduzido das depreciações acumuladas. As depreciações são calculadas pelo método linear, aplicando-se taxas que contemplem a estimativa de vida útil-econômica dos bens. b.8. **Intangível:** Demonstrado pelo valor dos gastos, que são amortizados pelo método linear em função do prazo dos benefícios futuros esperados. b.9. **Redução ao valor recuperável de ativos:** O imobilizado e outros ativos não financeiros são revistos trimestralmente pela Administração da Confederação para se identificar evidências de perdas não recuperáveis, ou ainda, sempre que eventos ou alterações nas circunstâncias indicarem que o valor contábil não pode ser recuperável (teste de impairment). b.10. **Relações interfinanceiras:** Representam o montante dos recursos das cooperativas centrais associadas centralizadas pela Confederação e incluem os encargos e variações monetárias contratadas até a data do balanço. b.11. **Provisões:** As provisões são constituídas como resultado de um evento passado, sendo provável que um recurso econômico seja requerido para saldar a obrigação no futuro. As provisões são registradas tendo como base as melhores estimativas do risco envolvido. b.12. **Demais ativos e passivos:** Os demais ativos são apresentados ao valor de custo ou de realização, incluindo, quando aplicável, os rendimentos e as variações monetárias auferidas não superando o valor de mercado. Os demais passivos são demonstrados pelos valores conhecidos ou calculáveis, acrescidos, quando aplicável, dos correspondentes encargos e das variações monetárias incorridas. b.13. **Ativos e passivos contingentes:** Os ativos contingentes não são reconhecidos, exceto quando da existência de evidências concretas que assegurem a realização. Os passivos contingentes são reconhecidos contabilmente pela Administração da Confederação quando, com base na opinião dos assessores jurídicos e outras análises das matérias, for considerado que há risco de perda de ações judicial ou administrativa, gerando uma possibilidade de saída de recursos no futuro para a liquidação dessas ações e, ainda, quando os montantes envolvidos possam ser mensurados com suficiente segurança. Esse é um julgamento subjetivo, sujeito às incertezas de uma previsão sobre eventos futuros, mas que leva em consideração o fundamento jurídico da causa, a viabilidade de produção de provas, a jurisprudência em questão, a possibilidade de recorrer à instâncias superiores e a experiência histórica. A Administração da Confederação revisa periodicamente a situação dos passivos contingentes, para fins de provisão ou divulgação. b.14. **Segregação do circulante e não circulante:** Os valores realizáveis e exigíveis com prazos inferiores ao encerramento do próximo exercício social estão classificados no circulante, e os com prazos superiores no não circulante. b.15. **Demonstrações dos fluxos de caixa:** As demonstrações dos fluxos de caixa foram preparadas pelo método indireto e estão sendo apresentadas de acordo com as normas específicas. b.16. **Imposto de renda e contribuição social:** A sobra apurada em operações realizadas com associadas é isenta de tributação.

3. Caixa e equivalentes de caixa: As disponibilidades, aplicações financeiras de liquidez e os títulos e valores mobiliários são classificados como caixa e equivalentes de caixa para fins de apresentação da demonstração dos fluxos de caixa, quando atendido às determinações da Resolução CMN 3.504/2008.

Descrição	2015	2014
Disponibilidades	86	155
Caixa e depósitos bancários	26.573	30.891
Aplicações interfinanceiras de liquidez (nota 4)	334.996	138.204
Títulos e valores mobiliários (nota 5)	361.655	169.250

4. Aplicações interfinanceiras de liquidez:

Descrição	2015	2014
Circulante	26.573	30.891
Letras do Tesouro Nacional (LFTN)	1.312	1.159
Fundo DI Bancobco	26.573	30.891

As LFTN que estão custodiadas no Sistema Especial de Liquidação e de Custódia (Selic), têm seu vencimento final no primeiro semestre de 2016, no entanto, podem ser negociadas a qualquer momento, sendo classificadas para negociação. Referidas aplicações tiveram remuneração no montante de R\$ 5.336 no exercício de 2015. As aplicações em Fundo DI Bancobco custodiadas em Central de Custódia e de Liquidação Financeira de Títulos (Cetip), está vinculada ao contrato de aluguel do imóvel da Confederação e foi contratada com prazo de resgate também no primeiro semestre de 2016. No decorrer do exercício de 2015, referidas aplicações tiveram remuneração no montante de R\$ 153 (R\$ 114 em 2014), registrado em Aplicações Interfinanceiras de liquidez.

5. Títulos e valores mobiliários:

Descrição	2015	2014
Circulante	148.430	21.102
Letras Financeiras do Tesouro (LFT)	186.566	117.102
Cotas de fundo de investimento	334.996	138.204

Em 31 de dezembro de 2015, as LFT, que estão custodiadas no Sistema Especial de Liquidação e de Custódia (Selic), têm vencimento final no segundo semestre de 2020, no entanto, podem ser negociadas a qualquer momento, sendo classificadas para negociação. Referidos títulos tiveram remuneração no montante de R\$ 12.072 no exercício de 2015 (R\$ 668 em 2014). Ainda, no exercício de 2015, foram registrados rendimentos com Letras do Tesouro Nacional (LFTN) no montante de R\$ 278 (R\$ 647 em 2014). As cotas de fundo de investimento, referem-se ao BB Unicred do Brasil Fundo de Investimento Renda Fixa Crédito Privado, administrado por instituição financeira de primeira linha. Referido fundo teve no exercício de 2015, remuneração de 100% do CDI, no montante de R\$ 21.725 (R\$ 8.166 em 2014).

6. Outros créditos:

Descrição	2015	2014
Circulante	35.512	37.949
Adiantamentos salariais	118	71
Outros devedores	31.065	35.101
Projeto - TI (i)	-	-
Valores a receber das associadas	3.046	1.602
Impostos e contribuições a recuperar	1.114	947
Adiantamentos efetuados	169	228
Devedores por depósito em garantia (nota 10 (iii))	70	65
	70	65

7. Outras obrigações:

Descrição	2015	2014
Não circulante	24.446	22.806
Centralização financeira	318.171	166.092
Refer-se aos depósitos das associadas, sendo esses recursos próprios, conforme determina o artigo 24 da Resolução CMN 4.434/2015, com remuneração atrelada ao Certificado de Depósito Interfinanceiro (CDI). No exercício de 2015, a Confederação remunerou esses depósitos no montante de R\$ 35.975 (R\$ 9.224 em 2014), que para efeito de apresentação da demonstração do resultado, é classificado como dispêndios da intermediação financeira. Ainda, consta no saldo o valor de R\$ 10.283 de ex-associada, que pede ressarcimento do Fundo Garantidor - FG através de demanda judicial no montante atualizado de R\$ 15.631. Os depósitos estão garantidos até o limite de R\$ 250 mil por CPF/CNPJ pelo FGCoop (Fundo Garantidor do Cooperativismo de Crédito), fundo este constituído por todas as cooperativas de crédito brasileiras e bancos cooperativos integrantes do Sistema Nacional de Crédito Cooperativo (SNCC). O FGCoop tem por finalidade conforme seu estatuto: I - proteger depositantes e investidores das instituições associadas, respeitados os limites e condições estabelecidos no seu Regulamento; II - contribuir para a manutenção da estabilidade do Sistema Nacional de Crédito Cooperativo (SNCC); e III - contribuir para prevenção de crise sistêmica no segmento cooperativista. O Estatuto e o Regulamento do fundo estão aprovados através da Resolução CMN 4.284/2013.		

8. Composição do saldo:

Descrição	2015	2014
Total	318.171	166.092
Centralização financeira	318.171	166.092

9. Relações interfinanceiras - Centralização financeira - Centrais:

Descrição	2015	2014
Total	318.171	166.092
Centralização financeira	318.171	166.092

10. Outras obrigações:

Descrição	2015	2014
Circulante	118	71
Sociedades estatutárias:		
Fundo de Assistência Técnica, Educacional e Social (I)	78	169
Fiscais e previdenciárias:		
Impostos e contribuições a recolher	1.229	1.342
Diversas:		
Provisão para pagamentos a efetuar	3.358	3.223
Credores diversos no passivo (ii)	38.571	38.355
Provisão para passivos contingentes (iii)	667	568
Instrumento de dívida elegível (iv)	6.403	6.403

O saldo de R\$ 30.486, transferidos do Fundo Garantidor do Sistema Unicred (FG) e rateado às associadas para pagamento dos gastos de implantação do novo projeto de TI, será revertido para a rubrica "Outros devedores projeto TI" (nota 6 (ii)) no momento da ativação do software SAP no Sistema Unicred (centrais e singulares) ou baixa por descontinuidade/recuperabilidade. Ainda, falta transferir do FG, em janeiro de 2016, o valor de R\$ 579, já alocado no Projeto, totalizando o montante de R\$ 31.065 registrado no ativo. Quanto ao valor de R\$ 3.988, em 28 de janeiro de 2015, foi firmado Acordo Extrajudicial com a Central Amoc desligada do Sistema Unicred em 23 de novembro de 2013, acordando que será recebido a título de prestação de serviços o valor de R\$ 384, devolvido o valor do capital social de R\$ 93 e de R\$ 1.079 do Fundo Garantidor (90%), em 04 (quatro) parcelas semestrais com vencimento final em 2 de agosto de 2016, devidamente corrigidas pelo indexador 96% do CDI do período a contar de 31 de dezembro de 2013 para cada parcela. Na mesma data foi firmado outro Acordo Extrajudicial com a Central Brasil desligada do Sistema Unicred em 19 de novembro de 2013, acordando que será recebido a título de prestação de serviços o valor de R\$ 410, devolvido o valor do capital social de R\$ 105 e de R\$ 5.139 do Fundo Garantidor (90%), em 04 (quatro) parcelas semestrais com vencimento final em 2 de agosto de 2016, devidamente corrigidas pelo indexador 96% do CDI do período a contar de 31 de dezembro de 2013 para cada parcela, conforme abaixo:

Descrição	2015	2014
Total	38.571	38.355
Central Brasil	2.253	521
Central Amoc	3.260	728

Acordo extrajudicial
Variação monetária

(iii) A Confederação no desenvolvimento de suas atividades operacionais está sujeita a demandas de naturezas tributária, cível e reclamações trabalhistas. A Confederação possui ação na área tributária federal, que visa declarar a não incidência das contribuições ao PIS e COFINS, sobre o ato cooperativo (sistema operacional cooperativo), cujas exigibilidades se encontram suspensas por força de depósitos judiciais nos autos do Mandado de Segurança. Referido processo encontra-se em andamento. Sobre esse assunto, em novembro de 2011, a Confederação recebeu auto da Receita Federal do Brasil, referentes à suposta tributação sobre as rendas

DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

DEMONSTRAÇÕES DO RESULTADO
2º semestre de 2015 e exercícios findos em 31 de dezembro de 2015 e de 2014

	Nota	2015	2014
Ingressos da intermediação financeira	25.655	39.564	9.995
Aplicações interfinanceiras de liquidez	4	3.122	5.489
Títulos e valores mobiliários	5	22.533	34.075
Dispêndios da intermediação financeira	(23.289)	(35.975)	(9.224)
Operações de captação no mercado	9	(23.289)	(35.975)
Resultado bruto da intermediação financeira	2.366	3.589	371
Outros (dispêndios) Ingressos operacionais	(1.383)	(3.009)	(135)
Ingressos de prestação de serviços	14	12.488	25.478
Dispêndios de pessoal e honorários	15	(18.558)	(34.336)
Outros dispêndios administrativos	16	(14.886)	(33.975)
Outros dispêndios operacionais		(482)	(983)
Outros ingressos operacionais	17	20.055	40.907
Resultado operacional	983	580	236
Resultado não operacional	(270)	738	597
Sobra do semestre/exercícios	713	1.318	833

As notas explicativas da Administração são parte integrante das demonstrações financeiras

de aplicações financeiras, abrangendo os exercícios de 2006, 2007 e 2008, no montante de R\$ 459, devidamente atualizados pela Selic até 31 de dezembro de 2015. Os autos de intimação foram contestados administrativamente pela Confederação, alegando em síntese, a não incidência dos tributos federais sobre o ato cooperado de acordo com o teor do disposto no artigo 79 da Lei nº 5.764/1971 (Lei do Cooperativismo). Ainda, foi constituída provisão no montante de R\$ 174 por falta de entrega da DIMOF - Declaração de Informações sobre Movimentações Financeiras de anos anteriores, devidamente atualizados pela Selic até 31 de dezembro de 2015. Por fim, em caso de incesso das defesas administrativas do PIS, COFINS e da DIMOF, ainda cabe discussão posterior na esfera judicial por parte da Confederação. Existem depósitos judiciais de R\$ 70 (R\$ 65 em 2014), registrados em outros créditos do ativo não circulante (nota 6 (i)), devidamente atualizados pela Selic até 31 de dezembro de 2015 para o PIS e COFINS. Foi constituído também, provisão para risco da ação movida por ex-associada da Unicred Central RS, no valor de R\$ 34, que visa a cobrança do Fundo Garantidor Unicred. O valor está devidamente atualizado pelo IGPW acrescido de juros de 1%. As movimentações das provisões e dos depósitos foram as seguintes:

Depósitos judiciais	Provisão para contingências
Saldo em 1º de janeiro de 2015	65
Depósitos realizados/constituição de provisão	5
Saldo em 31 de dezembro de 2015	70
Saldo em 1º de janeiro de 2014	60
Depósitos realizados/constituição de provisão	5
Saldo em 31 de dezembro de 2014	65

Os impostos e as contribuições apurados e recolhidos pela Confederação, bem como as respectivas declarações acessórias, os registros fiscais e societários, estão sujeitos a exames por parte das autoridades fiscais durante prazos prescricionários variados, conforme a legislação aplicável em cada circunstância, em geral cinco anos.

(iv) Emissão de letra financeira com cláusula de subordinação para compensação de capital nível II, que teve a finalidade de constituição de patrimônio de referência para suportar o índice de imobilização, em substituição a integralização de capital, dado que é uma necessidade temporária, devido a depreciação do imobilizado.

11. Passivos contingentes: A Cooperativa é ré em duas ações de natureza cível indenizatória e duas ações trabalhistas, com valor de causa de R\$ 1.873 em 31 de dezembro de 2015. A Administração da Cooperativa decidiu com base na opinião de seu assessor jurídico, que indica perda provável, mas não provável, não registrar qualquer provisão para contingências em face desses assuntos.

12. Marca Unicred: Em 7 de dezembro de 2010, foi celebrado pela Confederação o contrato com a Unicred Vale das Antas para a cessão em definitivo dos direitos de titularidade da marca UNICRED. Adicionalmente, foram transferidos outros 30 registros junto ao Instituto Nacional de Propriedade Industrial - INPI, referentes a diversas variações da Marca Unicred. Foram pagos a Unicred Vale das Antas, a título de reembolso de despesas com o INPI e outros gastos, o montante de R\$ 29, registrados à época no ativo. Em 2012, todos os valores registrados no ativo circulante e não circulante, relativos a Marca Unicred, foram revertidos e contabilizados em dispêndios no período, procedimento com a concordância do Bacon. Também, como forma de compensar a cessão da Marca Unicred, foi concedida a singular acima citada, a senção pelo prazo de vinte anos no rateio dos dispêndios da Confederação, da Central RS e dos serviços de tecnologia da informação, cujo custo total será suportado à época pelas demais cooperativas centrais e singulares associadas ao Sistema Unicred do Brasil através do rateio.

13. Patrimônio líquido: a. Capital social: O capital social é de R\$ 47.476 e R\$ 17.577 em 31 de dezembro de 2015 e de 2014, respectivamente, totalmente subscrito e integralizado, sendo representado pelas integralizações das cotas associadas. De acordo com o Estatuto Social cada associada tem direito a um voto independentemente do número de suas cotas-partes. No exercício de 2015, ocorreu aumento de capital no montante de R\$ 30.179 (R\$ 836 em 2014), com recursos provenientes de suas associadas, com o intuito de adequar o patrimônio de referência aos limites operacionais impostos pelo órgão regulador. b. **Destinações legais e estatutárias:** Das sobras apuradas ao final do exercício, conforme Estatuto Social serão destinados: 10% para a reserva legal e 5% para o Fundo de Assistência Técnica, Educacional e Social - FATES. O FATES é registrado como exigibilidade, conforme instrução do Bacon e utilizado em despesas para o qual se destina, conforme a Lei 5.764/1971 (Lei do Cooperativismo) e Manual do FATES do Sistema Unicred (nota 10 (i)). c. **Sobras acumuladas:** Em Assembleia Geral Ordinária realizada em 26 de março de 2015, foi aprovada as demonstrações financeiras, as destinações estatutárias e legais e a destinação das sobras do exercício de 2014, conforme demonstração das mutações do patrimônio líquido.

14. Ingressos de prestação de serviços:

Descrição	2º semestre	2015	2014
Serviços de TI	12.486	25.439	19.530
Outros serviços	2	39	4
	12.488	25.478	19.534

15. Dispêndios com pessoal e honorários:

Descrição	2º semestre	2015	2014
Dispêndios de honorários	(684)	(1.239)	(1.270)
Dispêndios de pessoal - benefícios	(3.259)	(5.375)	(2.926)
Dispêndios de pessoal - encargos	(4.051)	(7.420)	(4.482)
Dispêndios de pessoal - proventos	(10.452)	(20.206)	(13.311)
Dispêndios de pessoal - treinamento	(112)	(196)	(226)
	(18.558)	(34.336)	(22.035)

16. Outros dispêndios administrativos:

Descrição	2º semestre	2015	2014
Dispêndios de água e energia	(291)	(562)	(298)
Aluguéis e condomínios	(945)	(1.799)	(1.574)
Dispêndios de comunicação	(1.180)	(2.449)	(1.741)
Dispêndios de manutenção	(116)	(234)	(1.449)
Dispêndios de processamento de dados	(930)	(3.942)	(1.406)
Dispêndios de propaganda e publicações	(195)	(449)	(348)
Serviços de terceiros	(4.347)	(10.952)	(6.212)
Serviços técnicos especializados	(2.005)	(3.803)	(3.954)
Dispêndios de viagem no país	(861)	(2.128)	(2.096)
Outros dispêndios administrativos	(1.234)	(2.070)	(1.715)
Dispêndios de amortizações e depreciações	(2.573)	(4.582)	(4.589)
Outros dispêndios	(209)	(435)	(394)
	(14.886)	(33.975)	(25.765)

17. Outros ingressos operacionais:

Descrição	2º semestre	2015	2014
Desa de contribuição (i)	10.445	22.317	17.926
Ressarcimento de dispêndios administrativos (ii)	8.479	17.446	8.675
Outros ingressos operacionais	1.131	1.144	1.897
	20.055	40.907	28.498

(i) Destinadas ao ressarcimento das despesas da Confederação pelas associadas. A Confederação possui uma relação de interdependência com as suas associadas, visto que seu custo é reembolsado por elas. (ii) Referem-se a reembolso de despesas das associadas que ora foram assumidas pela Confederação.

18. Instrumentos financeiros: Os ativos e passivos financeiros estão demonstrados no balanço patrimonial por valores contábeis, conforme critérios mencionados nas correspondentes